

# ENERGIA NOS MANTÉM SEMPRE LIGADOS. INCLUSIVE AO MEIO AMBIENTE.

Iniciamos a operação de Teles Pires, a 9ª maior hidrelétrica do país

Ultrapassamos 10,6 milhões de clientes

Ampliamos o uso de energia sustentável em Fernando de Noronha

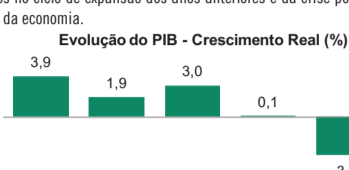
**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2015**

**MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Prezados Acionistas, Ao apresentar os resultados de 2015, a Afluente Geração de Energia Elétrica S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética. Vamos em busca de novas conquistas em 2016, com a certeza de contribuir para o desenvolvimento do Brasil.

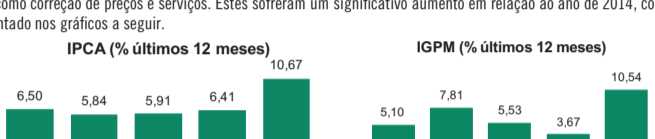
**1. CONJUNTURA ECONÔMICA**

O ano de 2015 foi marcado pela recessão da economia brasileira e deterioração dos indicadores econômicos, consequência dos desequilíbrios acumulados no ciclo de expansão dos anos anteriores e da crise política que aumentou a incerteza do mercado sobre a recuperação da economia.

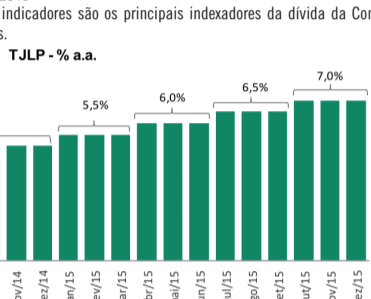


Nota¹: Projeção retirada do Relatório Focus 31/12/2015

Esse cenário refletiu-se no setor elétrico com a redução do consumo de energia, comparando o consumo acumulado até novembro de 2015 com o mesmo período do ano anterior, o Nordeste apresentou retração de 2,9% e o Brasil de 4,4% de acordo com a Empresa de Pesquisa Energética - EPE. Abaixo serão listados os principais indicadores econômicos que afetam a operação da Companhia. O primeiro grupo compreende os indicadores de inflação, o IPCA e IGPM, que são utilizados como correção de preços e serviços. Estes sofreram um significativo aumento em relação ao ano de 2014, conforme apresentado nos gráficos a seguir.



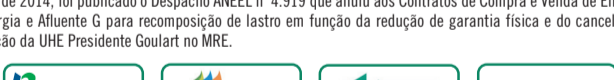
O segundo grupo compreende, a TJLP e CDI, estes indicadores são os principais indexadores da dívida da Companhia. Abaixo é possível observar a evolução desses índices.



As expectativas do Banco Central para 2016, de acordo com o Relatório Focus, é que o PIB apresente uma retração de 2,99% em relação ao de 2015. Quanto aos indicadores econômicos é esperado que a inflação permaneça em patamares elevados, visto, a projeção de 6,93% e 6,58% a.a. para o IPCA e IGPM respectivamente. Este panorama indica que a taxa de juros pode continuar sendo elevada para contenção da inflação. Portanto, o cenário de recessão econômica iniciado em 2015 é esperado para o ano de 2016.

**2. BREVE HISTÓRICO DA COMPANHIA**

A Afluente Geração de Energia Elétrica S.A. é uma empresa de capital aberto, constituída em 31 de agosto de 2005. A base acionária da Companhia é composta pela Neoenergia S/A (87,8%), Iberdrola Energia S/A (8,5%), PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (2,3%) e um free float de 1,37%. A Afluente é proprietária das UHEs Alto Fêmeas e Presidente Goulart, no Estado da Bahia. A UHE Alto Fêmeas, localizada no Rio das Fêmeas, no município de São Desidério, gera energia elétrica por meio de três unidades geradoras que totalizam 10,65 MW de potência instalada e tendo uma garantia física de 8,55 MW médios. Já a UHE Presidente Goulart, localizada no Rio Corrente, no município de Correntina, gera energia elétrica por meio de duas unidades geradoras que totalizam 8 MW de potência instalada e tendo uma garantia física de 7,22 MW médios. A Companhia é resultado do processo de desverticalização prevista para o setor elétrico brasileiro, pelo Governo Federal, por meio da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004. Em 5 de setembro de 2005, através da Resolução Autorizativa nº 306, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) estabeleceu a anuidade da versão do patrimônio, transferência de concessão e reestruturação societária para fins de segregação de atividades da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Coelba), a criação da Afluente Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A. e a obrigatoriedade de celebração do contrato de geração e transmissão da empresa desverticalizada. As ações da Afluente Geração e Transmissão de Energia Elétrica foram transferidas para a Neoenergia, sem prejuízo aos acionistas da Coelba. No dia 1º de dezembro de 2009, através da Resolução Autorizativa nº 2.219, a ANEEL autorizou a cisão das concessões de geração e transmissão, passando os ativos e passivos de transmissão da Afluente Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A. (Afluente G&T) para Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A. Posteriormente, a Afluente Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A teve sua razão social alterada para Afluente Geração de Energia Elétrica S.A. O contrato de concessão nº 002/2010, celebrado entre a União e Afluente Geração de Energia Elétrica S.A foi assinado em 20 de dezembro de 2010, é vigente até agosto de 2027 e tem por objeto regular a exploração, pela Concessionária, dos potenciais de energia hidráulica das Usinas Hidrelétricas. A Afluente G é composta por duas Usinas Hidrelétricas (UHEs) denominadas UHE Presidente Goulart e UHE Alto Fêmeas - ambas localizadas no Estado da Bahia. A geração elétrica é gerada por meio de cinco unidades geradoras com capacidade nominal total de 18,65 MW. Em 26 de maio de 2006 foi publicado o Despacho nº 1.115/2006, através do qual a ANEEL aprovou o Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica (CCVE), celebrado entre a Coelba (comprador) e Afluente (vendedor) em 28 de abril de 2006, amparado pelo processo de desverticalização, no montante de até 148,920 MW anuais. O referido contrato vigorará até o exercício de 2027. O último reajuste das tarifas foi autorizado através da Resolução Homologatória nº 1.878, de 14 de abril de 2015, para R\$187,10/MWh. De acordo com a Portaria MME nº 463, de 3 de dezembro de 2009, a média de geração da Afluente G deve atender a 90% de sua energia elétrica, tendo em vista a possibilidade de revisão da sua garantia física. Em função da média de geração da usina estar abaixo dos 90% estabelecidos, sua garantia física foi reduzida, por meios de Portarias do MME, até chegar ao patamar de 7,2 MW, sendo que a última portaria, de 30 de julho de 2012, a garantia física de Alto fêmeas também foi reduzida de 9 MW médios para 8,55 MW médios. Os novos valores da garantia física de energia foram considerados para fins de alocação no MRE e para verificação do lastro dos respectivos Contratos de Venda de Energia a partir de 1º de janeiro de 2013. Em agosto de 2012, a Afluente G recebeu o Ofício nº 246/2012-SRG/ANEEL que notificou sobre a exclusão da UHE Presidente Goulart do MRE a partir de janeiro de 2014, tendo em vista o não atendimento dos limites de geração estabelecidos na Resolução Normativa nº 409/2010. A Afluente G se manifestou junto à ANEEL quanto à exclusão do MRE justificando-se em função da parada de 12 meses para modernização da UG2. Em resposta à manifestação da Companhia, em 19 de dezembro de 2013, a Agência pública do Despacho nº 4.320, que permitia a permanência da usina no MRE a partir de janeiro de 2014. Em agosto de 2014 foi realizada nova aferição da média de geração e, como a geração da usina não atendeu novamente os limites estabelecidos por meio da Resolução Normativa nº 409/2010, a UHE Presidente Goulart constou na relação das centrais hidrelétricas que seriam excluídas do MRE pela COEE a partir de 1º de janeiro de 2015, publicada por meio do Despacho nº 3.706, de 12 de setembro de 2014. Sendo assim, em janeiro de 2015, a referida UHE foi excluída do MRE. No dia 23 de dezembro de 2014, foi publicado o Despacho ANEEL nº 4.919 que anuiu aos Contratos de Compra e Venda de Energia entre a NC Energia e Afluente G para recomposição de lastro em função da redução de garantia física e do cancelamento da participação da UHE Presidente Goulart no MRE.



**3. GOVERNANÇA CORPORATIVA**

As práticas de Governança Corporativa do Grupo Neoenergia buscam assegurar a transparência e a equidade nos negócios, bem como o respeito aos direitos das partes interessadas. O modelo permite o aproveitamento da sinergia dos negócios entre as empresas que integram a Grupo Neoenergia e a unificação de processos, práticas e políticas. A estrutura de governança é composta por Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, com o apoio de comitês que contribuem para as deliberações e tomadas de decisão. O Acordo de Acionistas orienta a atuação dos conselheiros e estabelece cláusulas para a abstenção de voto sobre temas que possam representar conflito de interesses. **3.1 Estrutura de Governança: Conselho de Administração:** De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração será composto por até quatro membros titulares e igual número de suplentes, eleitos em Assembleia Geral de Acionistas, com mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição. As atribuições do Conselho incluem a orientação geral dos negócios e a eleição e destituição dos diretores. Os membros se reúnem, pelo menos, trimestralmente e sempre que necessário avaliar os desempenhos econômico, ambiental e social da Companhia. **Conselho Fiscal:** O Conselho Fiscal será instalado conforme previsto no Estatuto Social da Companhia em caráter não permanente, podendo ser solicitado em cada exercício social por seus acionistas nos termos da Lei. Atualmente não há Conselho Fiscal instalado na Companhia. **Diretoria:** É responsável pela gestão dos negócios, sendo composta atualmente por cinco membros, incluindo o diretor-presidente. Seus integrantes são nomeados pelo Conselho de Administração para mandato de três anos, passíveis de renovação. Os diretores se reúnem ordinariamente, uma vez por semana ou sempre que convocados por qualquer um de seus pares. A Diretoria Executiva do Grupo Neoenergia está estruturada de forma matricial, na qual os diretores estatutários da Companhia também são diretores da holding Neoenergia. **Comitês:** O Grupo Neoenergia possui três diferentes comitês, instalados apenas na holding: de Auditoria, Financeiro e de Remuneração e Sucessão. Cada comitê, dentro de seu escopo, é responsável por análises e recomendações de grande parte das decisões do Conselho de Administração. Cada comitê é formado por três membros titulares e seus respectivos suplentes, indicados pelo Conselho de Administração. Os Comitês de Auditoria e Financeiro realizam reuniões mensais, e o Comitê de Remuneração e Sucessão, trimestrais, podendo realizar de forma extraordinária sempre que necessário. **3.2 Direito dos Acionistas e Política de Dividendos e JSCP:** A Afluente G possui definido em seu estatuto o pagamento de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, que o valor dos juros, pago ou creditado, a título de remuneração sobre o capital próprio, na forma da lei, poderá ser imputado ao dividendo obrigatório, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia para todos os efeitos legais. Além disso, no Estatuto Social da Companhia prevê que as ações preferenciais classe "A" têm direito a um dividendo mínimo, não cumulativo, de 10% (dez por cento) ao ano sobre o lucro líquido, enquanto as ações preferenciais classe "B" têm direito a dividendos 10% (dez por cento) maiores que os atribuídos às ações ordinárias. Em 2015, foi declarado dividendo referente ao ano de 2014 no montante de R\$ 3.150 mil. Também, foram propostos dividendos adicionais de R\$ 2.254 mil e contabilizados a título de provisão dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 751 mil. **3.3 Relações com Investidores:** No intuito de disponibilizar informações com elevado padrão de qualidade, transparência e confiabilidade, com base na legislação pertinente e das regras que regulam o setor elétrico, a Afluente G adota uma política de comunicação consistente, clara e confiável com o mercado de capitais, zelando pelo relacionamento com acionistas, analistas de mercado, instituições financeiras, agências de "rating" e instituições reguladoras, em conformidade com as boas práticas de governança corporativa. A Afluente G disponibiliza informações através da área de Relações com Investidores, "e-mail" (ri@neoenergia.com), no "site" Relações com Investidores (www.afluenteg.com.br - "link" RI) e por meio dos relatórios e informes trimestrais e anuais enviados para a Bovespa e CVM. Além disso, o Grupo Neoenergia realiza reuniões webconferências trimestrais e APIMEC anual com os principais núcleos de cada empresa do Grupo e consolidado. **3.4 Integridade e Ética:** A AFLUENTE G tem como um de seus valores a INTEGRIDADE e busca incessantemente pautar sua conduta e a de seus colaboradores dentro de princípios éticos e de conformidade com a legislação brasileira. Além disso, envia esforços para que seus fornecedores de bens e serviços também adotem condutas íntegras e aderentes aos princípios defendidos pela Companhia em seu Código de Ética. Para atingir esse propósito o Grupo Neoenergia iniciou a implantação de um programa de integridade, aderente à legislação anticorrupção brasileira, que contempla todas as empresas do Grupo. A coordenação desse programa é realizada pela Superintendência de Compliance, criada em 2014, que é responsável pelo planejamento, concepção, execução, manutenção e avaliação do Programa de Integridade da Neoenergia e suas controladas; pela elaboração e revisão de Códigos de Conduta, políticas e procedimentos a fim de promover e reforçar uma cultura de integridade baseada em princípios éticos de negócio; e pela identificação, avaliação e mitigação de riscos de não conformidade de forma a garantir a aderência da

Neoenergia aos princípios da legalidade e de combate à corrupção. Além disso, a Neoenergia dispõe de comitês de ética, que são responsáveis pela disseminação de uma cultura ética por toda a organização, apoiando a Superintendência de Compliance em suas atribuições. Ao longo de 2015 merecem destaque as seguintes ações: i) aplicação de cláusulas anticorrupção nos contratos com todos os fornecedores; ii) elaboração do Código de Conduta Ética para fornecedores; iii) elaboração da Política Anticorrupção; iv) elaboração da Política de Brindes, Presentes, Hospitalidades e Vantagens; v) implantação de um canal de consultas para colaboradores; vi) implantação de um canal externo para denúncias, garantindo o anonimato e a confidencialidade; vii) treinamento sobre princípios éticos e legislação anticorrupção com a liderança de todas as empresas do Grupo; viii) treinamentos sobre ética para os colaboradores via intranet.

**4. AMBIENTE REGULATÓRIO**

O setor elétrico brasileiro tem enfrentado regimes hidrológicos desfavoráveis desde o ano de 2013, acarretando na baixa acentuada do nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas, que atingiram em 2014 o nível de armazenamento mais baixo já observado na última década. Tal situação levou o Operador Nacional do Sistema a priorizar o despacho das usinas térmicas, buscando com isso poupar ao máximo a geração hidráulica e os níveis dos seus reservatórios. Como consequência, houve uma elevação no valor do Preço de Liquidação de Diferenças (PLD), referência para a negociação de energia no Mercado de Curto Prazo. O PLD impacta diretamente os agentes com posições contratuais negativas ou positivas no mercado de curto prazo, sejam eles geradores ou distribuidoras. Esse cenário acarretou em exposições financeiras nas empresas geradoras por conta da insuficiência de recursos energéticos alocados pelo Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) para honrar seus contratos de venda de energia. O MRE é um mecanismo que busca a produção de energia entre as usinas hidrelétricas proporcionalmente à garantia física de cada empreendimento, independentemente do seu regime de produção individual. Quando o conjunto de usinas do MRE não produz energia suficiente para atender às suas garantias físicas, verifica-se uma situação de déficit - usualmente conhecida pelo acrônimo *Generation Scaling Factor (GSF)* - que resulta em exposições financeiras negativas para esses geradores. Importante destacar que as usinas térmicas também foram impactadas. O seu acionamento quase ininterrupto durante o ano de 2014 elevou a necessidade de paradas programadas para execução de manutenções, o que expôs esses agentes aos elevados preços do Mercado de Curto Prazo desse período. Assim, a ANEEL entendeu ser necessário revisar os critérios e metodologia de cálculo do valor máximo do PLD e, após consulta aos agentes de mercado realizada em 2014 por meio de Audiência Pública, a ANEEL estabeleceu o valor máximo do PLD em R\$ 388,48/MWh, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2015, visando mitigar as exposições financeiras negativas dos geradores. Em 2015 observamos a manutenção do cenário hidrológico desfavorável em grande parte do ano. Apesar da redução do valor máximo do PLD e do desligamento das usinas térmicas com custos de operação mais elevados durante o ano de 2015, a situação de déficit na alocação de energia GSF permaneceu impactando negativamente o resultado financeiro dos empreendimentos hidrelétricos. Essa situação motivou a busca de soluções que mitigassem o impacto financeiro negativo observado pelos geradores hidrelétricos, sob risco de inviabilizar a continuidade dos negócios de determinados agentes. Nesse sentido, foi publicada a Medida Provisória nº 688, em 18 de agosto de 2015, que dispõe sobre as condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica. Naquela ocasião, a principal condição para repactuação do risco hidrológico apresentada, foi o pagamento de um prêmio de risco pelos agentes de geração, a ser estabelecido pela ANEEL, a fim de que esse risco fosse transferido aos consumidores de energia por meio da Conta Centralizadora de Recursos de Bandeiras Tarifárias. Em 08 de dezembro de 2015, a Medida Provisória nº 688 foi convertida na Lei nº 13.203, mantendo praticamente o mesmo texto apresentado anteriormente. Posteriormente, em 11 de dezembro de 2015, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 684, que estabeleceu os critérios para anuidade e demais condições para repactuação do risco hidrológico pelos agentes de geração, bem como o valor dos prêmios de risco a serem pagos pelos agentes, de forma proporcional ao nível de proteção ao risco hidrológico desejado. Em 21 de dezembro de 2015, a Neoenergia solicitou à ANEEL a homologação da repactuação do Risco Hidrológico e, em 28 de dezembro comunicou ao mercado sua intenção em repactuar o risco hidrológico de suas usinas, com exceção da UHE Teles Pires, UHE Belo Monte, PCH Sítio Grande e UHE Presidente Goulart. As duas primeiras não aderiram à repactuação, pois não foram impactadas pelos efeitos do GSF no ano de 2015. A PCH Sítio Grande tem sua energia comercializada no Ambiente de Contratação Livre e a repactuação do risco hidrológico nos termos apresentados não mostrou-se favorável, já a UHE Presidente Goulart não foi impactada por não pertencer ao MRE no ano de 2015. Após a manifestação da empresa, a ANEEL emitiu os Termos de Repactuação por meio dos Despachos nº 035/2016, nº 036/2016 e nº 037/2016. Em 2015 foi observado ainda o aumento significativo da geração de energia oriunda das usinas eólicas brasileiras. Já no primeiro semestre, as usinas eólicas aumentaram em 114% a produção de energia, quando comparado com o mesmo período do ano anterior. No fim de junho, essa matriz era responsável por 1,4% do total gerado de energia no ano no Sistema Interligado Nacional (SIN) e atualmente representa 3% de toda a energia produzida no SIN. Segundo dados do Operador Nacional do Sistema - ONS, no dia 12 de outubro, a geração de energia eólica verificada no Subsistema Nordeste foi responsável por mais um recorde, atingindo 3.689 MW, o que representou 46% da demanda deste Subsistema, com fator de capacidade de 84%. Durante o ano de 2015 a fonte já havia superado seus índices de geração. Para o Nordeste a marca era de 3.495 MW em setembro, representando 35% do abastecimento e 83% em fator de capacidade. A região sul do país também atingiu números relevantes tendo sido verificado em agosto, 1.238 MW de geração, correspondendo a 80% da capacidade total instalada na região e 16,5% da carga do submercado Sul. Considerando a crise hidrológica verificada no Nordeste nos últimos cinco anos, em 2015 as usinas eólicas foram fundamentais para evitar o desabastecimento da região, sendo inclusive observado que, em alguns dias a geração eólica superou a geração hidrelétrica e termelétrica. Outro aspecto relevante ocorrido em 2015 e que merece destaque, diz respeito à situação dos empreendimentos de Transmissão. Em setembro de 2015, a ANEEL emitiu um Relatório de Acompanhamento que tem como objetivo obter informações precisas e de qualidade quanto ao andamento de alguns empreendimentos de transmissão. Esses empreendimentos são selecionados com base em uma matriz de criticidade, que considera o porte dos empreendimentos, o atraso previsto, a importância sistêmica, a necessidade de licenciamento ambiental e a geração associada. Por meio desse relatório, aliado às informações contidas no Sistema de Gestão de Transmissão - SIGET, constata-se que de um total de 363 empreendimentos, apenas 9,9% estão no cronograma adiantado, 27,6% estão dentro dos prazos informados e uma fatia de 62,5%, o que corresponde a 227 empreendimentos, estão em atraso.

**5. DESEMPENHO DO NEGÓCIO**

A Afluente G é proprietária das UHEs Alto Fêmeas e Presidente Goulart, no Estado da Bahia. A UHE Alto Fêmeas, localizada no Rio das Fêmeas, no município de São Desidério, gera energia elétrica por meio de três unidades geradoras que totalizam 10,65 MW de potência instalada e tendo uma garantia física de 8,55 MW médios. Já a UHE Presidente Goulart, localizada no Rio Corrente, no município de Correntina, gera energia elétrica por meio de duas unidades geradoras que totalizam 8 MW de potência instalada e tendo uma garantia física de 7,20 MW médios. Em 2015, o desempenho operacional das usinas da Afluente G foi prejudicado pela baixa afluência do Rio Corrente em virtude da estiagem registrada no referido ano. Este ano, a UHE Presidente Goulart apresentou índices de disponibilidade e de confiabilidade de 81,6% e 96,9%, respectivamente. A geração de energia totalizou 41.313 MWh (4,72 MW médios), que corresponde a 65,6% da garantia física. A UHE Alto Fêmeas obteve em 2015 um índice de disponibilidade de 95,4% e confiabilidade de 99,4%, com uma geração total de 71.544 MWh, o que correspondeu a 95,7% da garantia física. A geração média do ano fechou em 8,18 MW médios. A partir de 1º de janeiro de 2015, conforme o despacho nº 3.706-2014 da ANEEL, a UHE Presidente Goulart foi excluída do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). O impacto da exclusão da usina será mitigado através da estratégia de compra de energia de longo prazo feita entre as usinas do Grupo Neoenergia através de sua comercializadora - NC Energia. Em 18 de setembro de 2015 a ANEEL emitiu o despacho nº 3.264 permitindo o retorno (opcional) da UHE Presidente Goulart ao MRE a partir de 1º de janeiro de 2016, com uma garantia física de 5,1 MW médios. A NC Energia avaliará os riscos e a viabilidade desta opção de retornar em 2016.

**6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

Dados econômicos-financeiros (R\$ mil)	2015	2014	Variação (%)
Receita Operacional Bruta	29.973	27.425	9,29%
Receita Operacional Líquida	28.614	25.406	12,63%
EBITDA	5.391	7.181	-24,93%
Resultado do Serviço - EBIT	3.423	4.086	-16,23%
Resultado Financeiro	756	17	4347,06%
Lucro (Prejuízo) Líquido	3.005	3.150	-4,60%
Informações Patrimoniais (R\$ mil)	dez/15	dez/14	Variação (%)
Ativo Total	48.518	47.192	2,81%
Dívida Bruta	-	-	-
Dívida Líquida <sup>4</sup>	(9.463)	(8.945)	5,79%
Patrimônio Líquido	39.353	39.461	-0,27%
Indicadores Financeiros de Margem (%)	2015	2014	Variação
Margem EBITDA	18,84%	28,26%	-9,42 p.p.
Margem EBIT	11,96%	16,08%	-4,12 p.p.
Margem Líquida	10,50%	12,40%	-1,9 p.p.
Indicadores Financeiros de Dívida	dez/15	dez/14	Variação
Dívida Líquida/EBITDA <sup>4</sup>	(1,76)	(1,25)	(0,51)
Índice de Endividamento <sup>4</sup>	-31,66%	-29,31%	-2,35 p.p.

<sup>1</sup> Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários

<sup>2</sup> EBITDA 12 meses

<sup>3</sup> Índice de Endividamento Líquido = Dívida líquida/Dívida líquida + PL

<sup>4</sup> Valores negativos expressam disponibilidades e aplicações maiores que as dívidas p.p. - Pontos Percentuais

**6.1. LAJIDA/EBITDA:** Atendendo à Instrução CVM nº 527 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma Instrução:

Conciliação do LAJIDA (EBITDA) - R\$ Mil	2015	2014	Variação (R\$)	Variação (%)
Lucro (Prejuízo) Líquido	3.005	3.150	(145)	-4,60%
Imposto de Renda e CSLL - Corrente e diferido	1.174	953	221	23,19%
Amortização e Depreciação	1.968	3.095	(1.127)	-36,41%
Receltas Financeiras	(955)	(455)	(500)	109,89%
Despesas Financeiras	199	438	(239)	-54,57%
<b>LAJIDA (EBITDA)</b>	<b>5.391</b>	<b>7.181</b>	<b>(1.790)</b>	<b>-24,93%</b>

**6.2. RECEITA BRUTA:**

Receitas Operacionais - R\$ mil	2015	2014	Variação (R\$)	Variação (%)
Fornecimento de energia elétrica	27.614	26.424	1.190	4,50%
Energia elétrica curto prazo - CCEE	740	269	471	175,09%
Receita de construção da infraestrutura da concessão	877	732	145	19,81%
Outras receitas	742	-	742	-
<b>Total</b>	<b>29.973</b>	<b>27.425</b>	<b>2.548</b>	<b>9,29%</b>

Os principais fatores que levaram ao aumento da Receita Operacional foram:

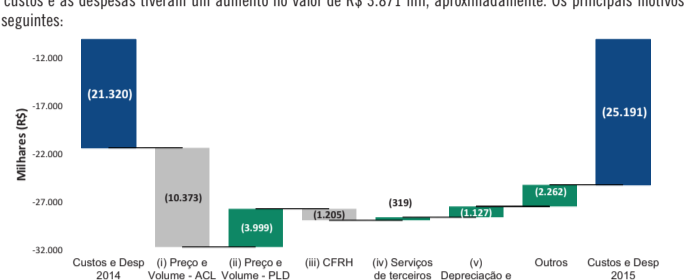


(i) Houve um aumento dos investimentos no ano de 2015 em comparação ao ano de 2014. Esse aumento foi do ordem de R\$ 145 mil e ocasionou um maior reconhecimento da Receita de Construção que é registrada em conformidade com o ICPQ 01, porém, não tem impacto algum sobre o resultado da companhia, pois em contra partida houve redução semelhante nos custos de construção reconhecidos. (ii) Venda de maiores volumes de excedente da obrigação contratual de entrega de energia no mercado de curto prazo no ano de 2015, em comparação ao ano de 2014. Motivando um aumento da receita nesse mercado de R\$ 471 mil, saindo de R\$ 269 mil em 2014 para R\$ 740 mil. (iii) A Companhia realizou a atualização de seu ativo financeiro indenizado no ano de 2015. (iv) Impacto decorrente do reajuste dos contratos da Companhia com a COELBA, resultando em um aumento na receita de fornecimento de energia elétrica no Ambiente de Contratação Regulado de R\$ 1.190 mil.

**6.3. CUSTOS E DESPESAS:**

Custos, Despesas Operacionais e Resultado de participação - R\$ mil	2015	2014	Variação (R\$)	Variação (%)
Energia comprada para revenda	(16.327)	(10.074)	(6.253)	62,07%
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	(590)	(1.064)	474	-44,55%
Compensação Financeira Recursos Hidricos - CFRH	(1.612)	(407)	(1.205)	296,07%
Depreciação e amortização	(1.968)	(3.095)	1.127	-36,41%
Serviços de terceiros	(3.138)	(3.457)	319	-9,23%
Pessoal	(50)	(523)	473	-90,44%
Custos de construção	(877)	(732)	(145)	19,81%
Outros custos e despesas	(629)	(1.968)	1.339	-68,04%
<b>Total</b>	<b>(25.191)</b>	<b>(21.320)</b>	<b>(3.871)</b>	<b>18,16%</b>

Os custos e as despesas tiveram um aumento no valor de R\$ 3.871 mil, aproximadamente. Os principais motivos foram os seguintes:



(i) Aumento dos custos com aquisição de energia no Ambiente de Contratação Livre - ACL decorrente do aumento do preço médio de aquisição no ano de 2015 em relação ao ano de 2014, que saiu de R\$ 182,87 MWh em 2014 para 386,37 em 2015, ocasionando um efeito negativo de R\$ 6.374 mil no resultado. Adicionalmente, o aumento do volume de energia adquirida que saiu de 9.454 MWh em 2014 para 31.323 MWh em 2015, um volume adicional de 21.869 MW que representa uma elevação de 231,33% em relação a 2014. Esse aumento teve um impacto negativo de R\$ 3.999 mil. O impacto final combinado foi de R\$ 10.373 mil. (ii) No mercado de Curto prazo houve redução no preço médio de aquisição de energia a Preço de Liquidação de Diferença - PLD no ano de 2015, quando comparado ao ano de 2014. Essa redução de 54,69% ocasionou um impacto positivo nos custos com aquisição de energia nesse ambiente de R\$ 1.179 mil. Esse foi parcialmente atenuado pelo efeito do aumento dos volumes adquiridos em 1.749 MWh, ocasionando um impacto negativo no resultado de R\$ 1.180 mil. O impacto final combinado foi de R\$ 3.999 mil. (iii) No ano de 2015, a Companhia reconheceu a parcela devida e efetuou o pagamento da Compensação Financeira pelo uso de Recursos Hidricos - CFRH, referentes ao período abrangido entre janeiro de 2009 e maio de 2011. A variação total negativa da conta foi de R\$ 1.205 mil, porém a liquidação dessa Compensação foi de R\$ 1.209 mil. (iv) Redução dos gastos com serviços de terceiros, em R\$ 319 mil pela combinação de dois efeitos contrários. Aumento decorrente repasse dos índices de inflação nos contratos de prestação de serviços e redução dos volumes de serviços realizados. (v) Decorrente do processo de revisão dos prazos de vida útil dos bens da Companhia a depreciação foi ajustada no ano de 2015 ocasionando uma redução de 36,41%, quando comparado ao ano de 2014, com um impacto nos custos de R\$ 1.127 mil.

**7. ENVIDIVAMENTO**

A Companhia não possui compromissos de dívida com terceiros ou capital de giro a financiar. Para financiar seus investimentos a Companhia utiliza capital próprio.

**8. INVESTIMENTOS**

Em 2015, a Afluente G investiu R\$ 880 mil na aquisição de sobressalentes, projeto e instalação de Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA), substituição do disjuntor 69KV da UG02 da UHE Correntina, automatização das comportas do vertedouro da UHE Correntina, modernização da ponte rolante da UHE Alto Fêmeas, dentre outros.

**9. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**

A Sustentabilidade é um valor para o Grupo Neoenergia e está materializada na sua Missão: "Ser a energia que movimenta e ilumina a vida das pessoas para o bem-estar e o desenvolvimento da sociedade, com eficiência, qualidade, segurança, sustentabilidade e respeito ao indivíduo". A Política de Sustentabilidade, aprovada em 2014, define oito diretrizes corporativas para a condução dos negócios, de maneira que o crescimento e a operação das empresas do Grupo Neoenergia ocorram em um contexto socioambientalmente responsável. São elas: Saúde Financeira; Matriz Energética Responsável; Clareza

**10. GESTÃO DE PESSOAS**

Como uma organização desde sempre comprometida com a vida, o Grupo Neoenergia baseia seu planejamento na missão de ser a energia que movimenta e ilumina a vida para o bem-estar e desenvolvimento da sociedade. Com uma série de ações, nas áreas de treinamento, desenvolvimento e comunicação, que serão detalhadas adiante, investimos constantemente no aprimoramento profissional e pessoal das equipes, e em 2015, fomos reconhecidos como uma das melhores empresas para iniciar a carreira, por pesquisa realizada pela revista Você S/A. Todos os dias, buscamos aperfeiçoar os mecanismos de reconhecimento, integração e desenvolvimento de talentos, para que nosso time seja mais eficiente e engajado, maximizando os resultados operacionais e financeiros da organização. **10.1. Valor Segurança:** Os programas de Saúde e Segurança no Trabalho são realizados de forma integrada e priorizam a proteção da vida e a qualidade do ambiente. Estimulamos a cultura de prevenção por meio do controle de riscos e impactos, garantindo a observância dos requisitos legais, do comportamento seguro e o alinhamento com as políticas do Grupo. Esperamos alcançar o nível de Saúde e Segurança de uma organização de classe mundial, onde a prática de comportamentos seguros seja um compromisso de todos. Reconhecemos que aprimorar a segurança de nossas empresas e da comunidade envolve muito mais do que obedecer regras e leis. Por isso, estimulamos que líderes e colaboradores: • sejam exemplos visíveis e percebidos de ações seguras; • não negociem a segurança; • busquem constantemente a meta de zerar acidentes; • estejam presentes e atuantes em campo, próximos as operações onde o risco é maior; • promovam o Diálogo Diário de Segurança (DDS) – contato através de bate papo informal ou apresentação que serve para divulgar as medidas de prevenção de acidentes de trabalho; **Jornada Comportamento Seguro:** A Jornada Comportamento Seguro – nome dado ao processo de fortalecimento da cultura de segurança do Grupo – foi lançada com base em 5 principais pilares/ações: Diálogo de Segurança, Capacitação de Líderes, Inspeções e Observações Comportamentais pelos Líderes, Padrinho da Segurança e Diagnóstico de Saúde e Segurança. Foram criados comitês e subcomitês que deliberam, estudam, padronizam e implantam práticas de saúde e segurança nas distribuidoras e empresas de geração do Grupo. Além disso, realizamos ações de segurança para a população, como treinamento sobre instalações elétricas para profissionais da construção civil, palestras sobre o uso seguro e eficiente de energia elétrica em escolas e divulgação maciça em todos os veículos sobre o uso seguro e eficiente de energia elétrica, campanha educativa em redes sociais. Dentro da premissa de colocar a vida acima de tudo, estimulamos ações de saúde e segurança para nossos colaboradores tais como: • academias de ginástica (dentro das instalações de algumas empresas ou convênios com academias locais); • clubes de corrida; • massagem terapêutica; • feiras de saúde e qualidade de vida; •

campanhas e palestras educativas voltadas para a promoção da saúde e prevenção de doenças. Como resultado desse trabalho, tivemos em 2015: • 60 mil participações em atividades de Qualidade de Vida (shiatsu, academia, ginástica laboral, clube de corrida etc.); • 5.500 colaboradores vacinados; • Quase 15 mil observações comportamentais/inspeções da liderança; • 6 mil diálogos de segurança. Em 2015, realizamos também etapa nacional dos Jogos Internos Neoenergia com as modalidades: atletismo, natação, futebol, vôlei e dominó, incentivando a integração através de boas práticas do esporte. Além das práticas esportivas, os colaboradores participam também de uma atividade chamada Rodeio. Nesta prova, os eletricitistas simulam o trabalho diário, numa disputa que visa valorizar as melhores práticas, seguindo as normas técnicas regulamentadoras e de segurança, ao executarem o trabalho dentro do tempo estabelecido. **10.2 Comunicação Interna:** Entendemos que a comunicação é um dos grandes fatores de sucesso de uma instituição. Assim, a Comunicação Interna do Grupo Neoenergia tem a missão de desenvolver ações que contribuam para a solidez do negócio e estimulem o engajamento das pessoas. A área visa também fortalecer a cultura e melhoria do clima organizacional, gerando um maior senso de pertencimento e orgulho de fazer parte do Grupo Neoenergia. Para isso, além do desenvolvimento de informativos, campanhas e eventos, enfatizamos o envolvimento direto dos líderes do nosso Grupo como principal canal de comunicação com os colaboradores, gerando a proximidade e o diálogo permanente. Os líderes desempenham, então, um papel importante na melhoria do clima da organização. Essa estratégia tem surtido bons resultados. Prova disso foi a classificação da Cosern como uma das melhores empresas para se trabalhar no país em duas importantes pesquisas de ambiente corporativo do Brasil: Great Place to Work (GPTW) e Melhores Empresas da revista Você S/A. A empresa foi eleita inclusive a revelação do ano, por ter obtido o melhor avaliação entre as estreantes nessa lista da Você S/A. Vale ressaltar que apenas a Cosern foi inscrita nas pesquisas, pois o Grupo decidiu fazer um exercício inicial com uma de nossas empresas, visando entender a metodologia e processo. Junto a isso, fomos reconhecidos como Grupo como uma das melhores empresas para começar a carreira, também pela revista Você S/A. Esses reconhecimentos obtidos em 2015 confirmam que as ações estão no caminho certo na construção de um ambiente de trabalho inspirador. **10.3 Capacitação e Desenvolvimento:** Visando manter um processo permanente de desenvolvimento, conciliando a integração das ações com os objetivos da Organização, realizamos treinamentos direcionados para o desenvolvimento contínuo das competências funcionais dos colaboradores. Entre esses projetos destacamos o “Meu Momento”, que dá suporte aos colaboradores que estão se preparando para aposentadoria, o programa de estágio, preparando os futuros profissionais e o PGD – Programa de Gestão de Desempenho – para trabalharmos alinhados aos objetivos organizacionais. Além desses projetos, em 2015, foi realizada

a internalização dos processos de recrutamento e seleção da empresa, visando a redução de investimentos na contratação de consultorias especializadas e propiciar a uniformização dos processos para todas as empresas do Grupo. Estruturamos ao logo do ano uma trilha de formação de coordenadores e eletricitistas com foco no aperfeiçoamento dos procedimentos técnicos operacionais. Também na linha de desenvolvimento, investimos em mais cursos da #redeaprender liderança - um ambiente de colaboração e aprendizagem que traz conteúdos premium para os executivos, especialistas e instituições renomadas, como a Harvard Business Publishing, selecionados de acordo com as competências consideradas mais relevantes pelos líderes do Grupo Neoenergia. E para garantir a sustentabilidade de nossa liderança, anualmente temos o programa de assessment que visa identificar profissionais internos com potencial para ocupar posições de liderança, fortalecendo nosso processo de sucessão e promovendo a retenção dos talentos.

**11. AUDITORES INDEPENDENTES**

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia declara que mantém contrato com a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. (“EY”), com vigência de 24 (vinte e quatro) meses, para prestação dos seguintes serviços de auditoria:

Serviço	Valor do Contrato R\$ (milhares)
Auditoria das Demonstrações contábeis e revisões de Demonstrações Intermediárias Individual e Consolidada	135

**12. AGRADECIMENTOS**

Ao reconhecermos que o resultado alcançado é consequência da união e do esforço de nossos colaboradores e do apoio, empenho, incentivo e profissionalismo recebidos dos públicos com os quais nos relacionamos, queremos expressar nossos agradecimentos aos nossos acionistas, aos nossos clientes, fornecedores, aos Governos Municipais, Estaduais e Federal e demais autoridades, às Agências Reguladoras e aos Agentes do Setor.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2016

**A Administração**

**BALANÇO SOCIAL**

1 - BASE DE CÁLCULO		2015 - R\$ mil				2014 - R\$ mil			
Receita Líquida (RL)		28.614				25.406			
Resultado Operacional (RO)		3.423				4.086			
Folha de Pagamento Bruta (FPB)		49				463			
Valor Adicionado Total (VAT)		7.562				7.999			
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS (1)		R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT
Alimentação		7	14,29	0,02	0,09	25	5,43	0,10	0,31
Encargos sociais compulsórios		5	10,20	0,02	0,07	136	29,37	0,54	1,70
Previdência privada		4	8,16	0,01	0,05	21	4,46	0,08	0,26
Saúde		14	29,56	0,05	0,19	0	0,00	0,00	0,00
Segurança e saúde no trabalho		3	6,07	0,01	0,04	-	-	-	-
Educação		-	-	-	-	1.657	357,88	6,52	20,72
Creches ou auxílio-creche		-	-	-	-	4	0,95	0,02	0,06
Participação nos lucros ou resultados		3	6,12	0,01	0,04	82	17,71	0,32	1,03
<b>Total - Indicadores sociais internos</b>		<b>36</b>	<b>74,40</b>	<b>0,13</b>	<b>0,48</b>	<b>1.925</b>	<b>415,81</b>	<b>7,58</b>	<b>24,07</b>
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS (ver anexo)		R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico		27	0,79	0,09	0,36	245	6,00	0,96	3,06
<b>Total das Contribuições para a Sociedade</b>		<b>27</b>	<b>0,79</b>	<b>0,09</b>	<b>0,36</b>	<b>245</b>	<b>6,00</b>	<b>0,96</b>	<b>3,06</b>
<b>Tributos (Exceto Encargos Sociais)</b>		<b>4.296</b>	<b>125,50</b>	<b>15,01</b>	<b>56,81</b>	<b>1.929</b>	<b>47,21</b>	<b>7,59</b>	<b>24,12</b>
<b>Total - Indicadores sociais externos</b>		<b>4.323</b>	<b>126,29</b>	<b>15,11</b>	<b>57,17</b>	<b>2.174</b>	<b>53,21</b>	<b>8,56</b>	<b>27,18</b>
4 - INDICADORES AMBIENTAIS (ver anexo)		R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT
Investimentos relacionados com a operação da empresa		55	1,60	0,19	0,73	-	-	-	-
Investimento em programas e/ou projetos externos		-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total dos investimentos em meio ambiente</b>		<b>55</b>	<b>1,60</b>	<b>0,19</b>	<b>0,73</b>	-	-	-	-
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade		-	-	-	-	-	-	-	-
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente		-	-	-	-	-	-	-	-
Passivos e contingências ambientais.		-	-	-	-	-	-	-	-
Quanto ao estabelecimento de <b>metas anuais</b> para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:		(X) Não possui Metas	( ) Cumpre de 0 a 50%,	( ) Cumpre de 51 a 75%,	( ) Cumpre de 76 a 100%	(X) Não possui Metas	( ) Cumpre de 0 a 50%,	( ) Cumpre de 51 a 75%,	( ) Cumpre de 76 a 100%
5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL									
Nº de empregados(as) ao final do período			1				1		
Nº de admissões durante o período			-				-		
Nº de desligamentos durante o período			-				5		
Nº de empregados(as) terceirizados (1)			-				-		
Nº de estagiários(as) (1)			-				-		
Nº de empregados acima de 45 anos			1				1		
Nº de empregados por faixa etária, nos seguintes intervalos: menores de 18 anos			-				-		
de 18 a 35 anos			-				-		
de 36 a 60 anos			1				1		
acima de 60 anos			-				-		
Nº de empregados por nível de escolaridade, segregados por: analfabetos			-				-		
com ensino fundamental			1				-		
com ensino médio			-				-		
com ensino técnico			-				1		
com ensino superior			-				-		
pós- graduados			-				-		

Nº de empregados por sexo:					
homens		1			1
mulheres		-			-
% de cargos de chefia por sexo:					
homens		-			-
mulheres		-			-
Nº de negros(as) que trabalham na empresa		1			1
Nº de cargos de chefia ocupados por negros(as)		-			-
Nº de empregados portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais (1)		-			-
Remuneração bruta segregada por:					
Empregados		11			282
Administradores		-			-
Terceirizados		-			-
Autônomos		-			-

**6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL**

Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		1							
Nº total de acidentes de trabalho		-			-				
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:		( ) direção	( X ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados (as)	( ) direção	( X ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados (as)	( ) todos(as) empregados (as)	( ) todos(as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:		( X ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados (as)	( ) todos(as) empregados (as)	( X ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados (as)	( ) todos(as) empregados (as)	( ) todos(as) empregados (as)	( ) todos(as) empregados (as)
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) trabalhadores (as), a empresa:		( X ) não se envolve	( ) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT	( X ) não se envolve	( ) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT	( ) incentiva e segue a OIT	( ) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:		( ) direção	( ) direção e gerências	( X ) todos(as) empregados (as)	( ) direção	( ) direção e gerências	( X ) todos(as) empregados (as)	( ) direção e gerências	( X ) todos(as) empregados (as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:		( ) direção	( ) direção e gerências	( X ) todos(as) empregados (as)	( ) direção	( ) direção e gerências	( X ) todos(as) empregados (as)	( ) direção e gerências	( X ) todos(as) empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:		( ) não são considerados	( ) são sugeridos	( X ) são exigidos	( ) não são considerados	( X ) são sugeridos	( X ) são exigidos	( ) não são considerados	( X ) são sugeridos
Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:		( X ) não se envolve	( ) apóia	( ) organiza e incentiva	( X ) não se envolve	( ) apóia	( ) organiza e incentiva	( ) não se envolve	( ) organiza e incentiva

**Contingências e passivos trabalhistas:**

Número de processos trabalhistas:		-			-
movidos contra a entidade		2			19
judgados procedentes		-			3
judgados improcedentes		2			-
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça (3)		48			-
<b>Valor Adicionado Total a Distribuir</b>		<b>7.562</b>			<b>7.999</b>
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):					
Ao Governo (%)		57%			49%
Aos Colaboradores (%)		1%			6%
Aos Acionistas (%)		40%			39%
A terceiros (%)		3%			6%
Retido (%)		-			-

**7 - OUTRAS INFORMAÇÕES**

CNPJ: 07.620.094/0001-40, setor energético – RJ  
 Para esclarecimentos sobre as informações declaradas., Fone: (21) 3235 8961, e-mail: vivian.paim@neoenergia.com.  
 Esta empresa não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção.  
 Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.  
 Informações examinadas pelos auditores independentes.

**BALANÇO PATRIMONIAL 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais)**

Notas	2015	2014
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	3	9.412
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	4	2.362
Outros ativos circulantes		57
Total do ativo circulante		11.831
Não circulante		
Títulos e valores mobiliários		51
Depósitos judiciais		98
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	5	5.971
Intangível	6	30.074
Despesas pagas antecipadamente	7	491
Outros ativos não circulantes		2
Total do ativo não circulante		36.687
Total do ativo		48.518

Notas	2015	2014
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	8	6.379
Taxas regulamentares	9	145
Impostos e contribuições a recolher	10	428
Dividendos e juros sobre capital próprio	12	903
Outros passivos circulantes		358
Total do passivo circulante		8.213
Não circulante		
Taxas regulamentares	9	277
Provisões	11	646
Outros passivos não circulantes		29
Total do passivo não circulante		952
Patrimônio líquido	13	
Capital social		30.916
Reservas de lucros		6.183
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		2.254
Total do patrimônio líquido		39.353
Total do passivo e patrimônio líquido		48.518

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais)**

	2015	2014
Receitas		
Vendas de energia, serviços e outros	29.973	27.425
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(312)
Resultado na alienação/desativação de bens e direitos	-	(588)
	29.973	26.525
Insumos adquiridos de terceiros		
Energia elétrica comprada para revenda	(16.327)	(10.074)
Encargos de uso da rede básica do sistema de transmissão	(590)	(1.064)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(4.481)	(4.748)
Valor adicionado bruto	8.575	10.639
Depreciação e amortização	(1.968)	(3.095)
Valor adicionado líquido	6.607	7.544
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	955	455
Valor adicionado total a distribuir	7.562	7.999
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remunerações	11	281
Encargos sociais (exceto INSS)	-	45
Entidade de previdência privada	4	20
Auxílio alimentação	-	28
Provisão para férias	9	11
Plano de saúde	14	(4)
Indenizações trabalhistas	8	-
Participação nos resultados	3	82
	49	463
Impostos, taxas e contribuições		
INSS (sobre folha de pagamento)	5	80
PIS/COFINS sobre faturamento	1.035	976
Imposto de renda e contribuição social	1.174	953
Obrigações intrasetoriais	2.005	1.543
Outros	82	364
	4.301	3.916
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros e variações cambiais	199	438
Aluguéis	8	32
	207	470
Remuneração de capitais de próprios		
Dividendos propostos	3.005	3.150
Valor adicionado distribuído	7.562	7.999

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais)**

**1. INFORMAÇÕES GERAIS**

Afluente Geração de Energia Elétrica S.A. (“Afluente G” ou “Companhia”), controlada pela Neoenergia S.A., tem por objeto social desenvolver, dentre outras, atividades de estudo, planejamento, projeção, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de geração de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infraestrutura e serviços ligados a essas atividades. Atualmente a Companhia opera as usinas hidrelétricas de Presidente Goulart e Alto Fêmeas que possuem potência instalada de 8,0MW e 10,65MW respectivamente. A Companhia possui Contrato de Concessão com vigência final agosto de 2027, que tem como objeto estabelecer as condições para prestação do serviço público de geração de energia elétrica. Devido à nova aferição da média de geração, a UHE Presidente G

avaliação do risco hidrológico de geração de energia elétrica por agentes participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, com o objetivo de buscar uma solução para condições hidrológicas adversas. A referida Lei prevê que o risco hidrológico suportado pelos agentes de geração de energia elétrica participantes do MRE poderá ser repactuado pelos geradores, desde que haja anuência da ANEEL, com efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2015, mediante contrapartida desses agentes. Para fins dessa anuência e em função do disposto na Lei, a ANEEL, por meio da Resolução Normativa nº 684, de 11 de dezembro de 2015, estabeleceu os critérios e as demais condições para a repactuação. Com base na Lei e na Resolução, os agentes de geração elegíveis e que observarem os critérios e condições definidos na Resolução, a repactuação dependerá da decisão da Administração das empresas, cabendo a ANEEL a conferência dos dados das empresas e homologação dos valores. Os agentes que optarem por repactuar o risco hidrológico, deverão protocolar o pedido na ANEEL até 25 de janeiro de 2016, desistindo das ações judiciais em curso. Em 18 de dezembro de 2015 o Conselho de Administração da Neoenenergia aprovou a proposta de repactuação do risco hidrológico para esta Companhia, onde optou-se pela classe de produto SP90, com prêmio de risco associado de R\$1,25/MWh. Os valores antecipados no exercício de 2015, referentes ao prêmio de risco, serão compensados com os prêmios devidos do período de Janeiro/16 a Agosto/27, bem como pela extensão da concessão em 72 dias. Os termos da repactuação do risco hidrológico determinam que a Afluente G deverá recolher mensalmente à CCRBT (Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias) o resultado da multiplicação do montante mensal de garantia física da usina pelo valor unitário do prêmio de risco selecionado, referenciado à data base de janeiro de 2015. O ressarcimento do risco hidrológico verificado no ano de 2015, em específico, será compensado por meio da postergação do pagamento do prêmio de risco até o final do contrato de venda de energia no ambiente regulado (CCERF). Considerando que o prazo para a compensação não é suficiente para a recuperação do valor antecipado, a ANEEL estendeu a concessão por um período suficiente para recuperar os montantes antecipados, conforme mencionado abaixo. Como condição de eficácia da repactuação prevista neste contrato, a Afluente G renuncia, de modo irrevogável e irretroativo, ao direito de discutir, na via administrativa, arbitral e judicial, suposta isenção ou mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE.

**3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	2015	2014
Caixa e Depósitos bancários à vista	44	72
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Fundos de investimento	9.368	8.688
	9.412	8.760

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Fundos de Investimentos restritos, (participação somente das empresas do grupo).

**4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS**

As contas a receber de clientes e outros estão apresentadas líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa "PCLD", quando aplicável, e reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber de consumidores e títulos a receber cuja recuperação é considerada improvável.

	2015	2014
Títulos a receber	2.362	2.293
Partes relacionadas (nota 18)	2.362	2.293
Outros créditos	312	312
Terceiros	312	312
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(312)	(312)
Total	2.362	2.293
Circulante	2.362	2.293

(a) Referem-se aos contratos de fornecimento de energia com montante anual de 148.920 MWh com a empresa relacionada Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA.

A composição dos prazos de vencimento é conforme segue:

	Saldos Vencidos		Total		PCLD	
	vincendos	Mais 90 dias	2015	2014	2015	2014
Sector privado	1.284	1.078	2.362	2.293	(312)	(312)
Total	1.284	1.078	2.362	2.293	(312)	(312)

**5. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO FINANCEIRO)**

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Geração de Energia Elétrica celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora) regulamenta a exploração dos serviços públicos de geração de energia elétrica pela Companhia e estabelece que ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização. Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de geração, sob o regime de preços regulados abrangendo: (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; (b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia para os consumidores. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de geração é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber pela energia gerada e entregue no sistema (emissão de faturamento mensal da medição de energia gerada/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. A concessão da Companhia não é onerosa; desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente.

**6. INTANGÍVEL**

Compreende o direito de uso do bem público, faixas de servidões permanentes e software de manutenção do sistema. É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Por natureza, o ativo intangível está constituído da seguinte forma:

	2015		2014	
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Em serviço				
Direito de uso da concessão	3%	76.812	(55.363)	21.449
		76.812	(55.363)	21.449
Em curso				
Direito de uso da concessão		8.625	-	8.625
		8.625	-	8.625
Total		85.437	(55.363)	30.074

	2015		2014	
	Ref.	Custo	Valor líquido	Valor líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2014	85.203	(50.532)	34.671	-
Adições	-	-	729	729
Baixas	(4.833)	232	(4.601)	-
Amortizações	-	(3.095)	(3.095)	-
Transferências - Intangíveis	(7.016)	-	(7.016)	7.016
Transferências - Ativos financeiros	2.861	-	2.861	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(a)	76.215	(53.395)	22.820
Adições		597	-	597
Amortizações		-	(1.968)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015		76.812	(55.363)	21.449

(a) R\$597 refere-se à repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, conforme nota 2.6. A ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infra-estrutura de geração, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil-econômica dos bens. A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil econômica estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear. O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro).

**7. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE**

Conforme mencionado na Nota 2.6, a Companhia efetuou a repactuação do risco hidrológico e reconheceu como despesa paga antecipadamente o montante de R\$ 491, referente ao prêmio de seguro quitado no exercício de 2015, o qual será apropriado do resultado do exercício do período determinado e prazo remanescente da concessão.

**8. FORNECEDORES**

	2015	2014
Energia elétrica:	5.413	1.965
Terceiros	(a)	3.425
Partes relacionadas (nota 18)	(b)	1.988
Encargos de uso da rede	91	87
Partes relacionadas (nota 18)	91	87
Materiais e serviços	875	567
Terceiros	759	567
Partes relacionadas (nota 18)	(c)	116
Total	6.379	2.619
Circulante	6.379	2.619

(a) O saldo em 31 de dezembro de 2015 refere-se basicamente a provisão complementar de compra de energia no âmbito da CCEE suportada pela liminar GSF ("Generating Scaling Factor"). (b) Variação refere-se à necessidade de compra de lastro de energia, com a NC Energia, após a exclusão da UHE Presidente Goulart do MRE (Mecanismo de Realocação de Energia), com prazo de liquidação de 30 dias. Vide nota 1. (c) Contrato de serviço de operação e manutenção com a Neoenenergia O&M, empresa do grupo Neoenenergia.

**9. TAXAS REGULAMENTARES**

	2015	2014
Reserva Global de Reversão – RGR	54	55
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	17	400
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	282	175
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE	5	8
Compensação Financeira pela utilização de Recursos Hídricos - CFURH	55	73
Ministério de Minas e Energia - MME	9	197
Total	422	908
Circulante	145	696
Não circulante	277	212

**10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER**

A composição do saldo é como segue:

	2015	2014
Circulante		
Imposto de renda - IR	144	149
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	102	87
Programa de integração social - PIS	15	15
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	71	69
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	81	76
Impostos e contribuições retidos na fonte	15	70
	428	466

**11. PROVISÕES**

As provisões constituídas para contingências passivas estão compostas como segue:

	2015	2014
Trabalhistas	140	140
Saldo em 01 de janeiro de 2014	308	308
Constituição	(3)	(3)
Baixas/reversão	92	92
Atualização	537	537
Saldo em 31 de dezembro de 2014	32	32
Constituição	77	77
Atualização	646	646
Saldo em 31 de dezembro de 2015		
Representadas por reclamações trabalhistas de ex-funcionários referentes a verbas rescisórias para as quais a Administração da Companhia, substanciada na opinião de seus consultores jurídicos quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais		

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Presidente:** Márcio Hamilton Ferreira.  
**Vice-Presidente:** Mario José Ruiz-Tagle Larrain.  
**Titulares:** Fabiano Macanhã Fontes, Solange Maria Pinto Ribeiro.  
**Suplentes:** Eduardo César do Nascimento, Fernando Santos do Nascimento, Lara Cristina Ribeiro Piau Marques, Pablo Mendivil Rivas.

Aos Administradores e Acionistas da **Afluente Geração de Energia Elétrica S.A.** - Rio de Janeiro - RJ  
 Examinamos as demonstrações financeiras da Afluente Geração de Energia Elétrica S.A. ("Afluente G" ou "Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**  
 A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**  
 Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as

causas. Adicionalmente a Companhia é parte em outras ações trabalhistas que discutem também verbas rescisórias no montante de R\$27.355 em 31 de dezembro de 2015 (R\$26.306 em 31 de dezembro de 2014) cujo risco de perda foi avaliado como possível e para as quais nenhuma provisão foi constituída. **Resolução CNPE nº 03/2013:** As empresas de geração do Grupo Neoenenergia, ajustaram ações judiciais visando a suspensão dos efeitos da Resolução CNPE nº 03/2013, que instituiu, uma nova forma de rateio dos custos de despacho térmico adicional. Estes custos incorporam os chamados Encargos de Serviço do Sistema - ESS. Entre maio/2013 e junho/2013 foram concedidas liminares que impediram o rateio dos custos. Em dezembro de 2014 houve sentença favorável, ratificando a liminar obtida, declarando, desta forma, a inexistência do ESS. Baseados nos fatos e argumentos acima, os assessores jurídicos da Companhia classificam o risco de perda como possível, motivo pelo qual não se constituiu provisão. O valor da contingência na Companhia é de R\$747 em 31 de dezembro de 2015 (R\$382 em 31 de dezembro de 2014).

**12. DIVIDENDOS**

A Assembleia Geral Ordinária de 28 de abril de 2015 aprovou as destinações dos lucros da seguinte forma:

Deliberação	Provento	Valor deliberado	Valor por ação		
			ON	PN	PNB
2014					
AGO de 29 de abril de 2014	Dividendos	6.652	0,3427361842	0,3427361842	0,3770098026
		6.652			
2015					
AGO de 28 de abril de 2015	Dividendos	3.150	0,1622734365	0,1622734365	0,1785780200
		3.150			

De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária, conforme demonstrado:

	2015	2014
Lucro líquido do exercício	3.005	3.150
Base de cálculo do dividendo	3.005	3.150
Dividendos mínimos obrigatórios	751	788
A movimentação dos dividendos a pagar é como segue:		
Saldo em 01 de janeiro de 2014	519	
Declarados	7.065	
Pagos no período	(4.779)	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	2.805	
Declarados	3.114	
Pagos no período	(5.016)	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	903	

**13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**Capital social:** O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é de R\$30.916 dividido em 30.916 ações todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, como segue:

	Nº de Ações (EM UNIDADES)							
	Ações Ordinárias				Ações Preferenciais			
	Única	%	A	%	B	%	Total	%
Neoenenergia S.A.	9.812	89,8	786	40,2	5.932	100,0	16.530	87,8
Iberdrola	560	5,1	1.039	53,1	-	0,0	1.599	8,5
Previ	332	3,0	99	5,1	-	0,0	431	2,3
Outros	226	2,1	31	1,6	-	0,0	257	1,4
<b>Total</b>	<b>10.930</b>	<b>100,0</b>	<b>1.955</b>	<b>100,0</b>	<b>5.932</b>	<b>100,0</b>	<b>18.817</b>	<b>100,0</b>

	R\$ (EM REAIS)							
	Ações Ordinárias				Ações Preferenciais			
	Única	%	A	%	B	%	Total	%
Neoenenergia S.A.	16.120	89,8	1.291	40,2	9.746	100,0	27.157	87,8
Iberdrola	917	5,1	1.709	53,2	-	0,0	2.626	8,5
Previ	545	3,0	164	5,1	-	0,0	709	2,3
Outros	376	2,1	48	1,5	-	0,0	424	1,4
<b>Total</b>	<b>17.958</b>	<b>100,0</b>	<b>3.212</b>	<b>100,0</b>	<b>9.746</b>	<b>100,0</b>	<b>30.916</b>	<b>100,0</b>

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais de ambas as classes, que não terão direito de voto, fica assegurada, na forma da lei, prioridade no reembolso de capital, pelo valor de patrimônio líquido das ações, no caso de liquidação da companhia, ficando assegurado ainda (i) às ações preferenciais "Classe A" prioridade na distribuição de dividendos mínimos, no valor de 10% sobre o capital social representado por ações preferenciais "Classe A"; e (ii) às ações preferenciais "Classe B", prioridade na distribuição de dividendos, somente após a distribuição de dividendos às preferenciais "Classe A", sendo tais dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias. **Reserva legal:** A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. A reserva legal da Companhia já atingiu ao limite do capital social, razão pela qual não é mais constituída.

**14. RECEITA LÍQUIDA**

**Receita de fornecimento de energia:** A receita corresponde, majoritariamente, à receita relacionada ao contrato de venda de energia de longo prazo com a distribuidora de energia elétrica COELBA e a venda de energia no mercado de curto prazo. **Receita de construção:** A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos. **Receita financeira da concessão:** A receita financeira de concessão corresponde a remuneração pelo índice de atualização monetária IPCA. Segue a composição da receita líquida por natureza e suas devidas:

	Ref.	2015	2014
Fornecimento de energia		27.614	26.424
Receita de geração		27.614	26.424
CCEE		740	269
Receita de construção da infraestrutura da concessão		877	732
Outras receitas	(a)	742	-
Total receita bruta		29.973	27.425
(-) Deduções da receita bruta		(1.359)	(2.019)
Total receita operacional líquida		28.614	25.406

(a) Atualização da remuneração do ativo financeiro pelo índice IPCA.

**15. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA**

	Ref.	2015	2014
Energia comprada para revenda		27.614	26.424
Energia adquirida no ambiente livre - ACL	(a)	31.325	9.454
Energia curto prazo - MRE	(5.968)	3.785	66
Energia curto prazo - PLD	(b)	14.042	12.292
Total		39.397	25.531

**Encargos de uso dos sistemas de transmissão e distribuição**

	(590)	(1.064)
	(590)	(1.064)
	(16.917)	(11.138)

(a) Variação refere-se a necessidade de compra de lastro de energia, com a NC Energia, após a exclusão do UHE Presidente Goulart do MRE (Mecanismo de Realocação de Energia). Vide nota 1.  
 (b) O déficit de geração de energia das usinas participantes do MRE (Mecanismo de Realocação de Energia), ocorreu em 2014, adicionado à decisão do ONS (Operador Nacional do Sistema) de utilização das usinas térmicas em 100% despachadas na base, fez com que o GSF (*Generation Scaling Factor*) ficasse muito abaixo do esperado, obrigando as geradoras a comprar energia no curto prazo no âmbito da CCEE, adicionado a redução, a PLD média em 2015 alcançou R\$305,58 (PLD média em 2014 – R\$674,42). (\*) Não auditado.

**16. CUSTOS DA OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS**

	2015	2014
Custos dos serviços	(57)	(57)
Despesas gerais e administrativas	-	(4)
Total	(57)	(